



**Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
PODER JUDICIÁRIO
PRIMEIRA TURMA RECURSAL - PROJUDI**

PADRE CASIMIRO QUIROGA, LT. RIO DAS PEDRAS, QD 01, SALVADOR - BA
ssa-turmasrecursais@tjba.jus.br - Tel.: 71 3372-7460

PROCESSO Nº 0065205-89.2022.8.05.0001

ÓRGÃO: 1ª TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS

CLASSE: RECURSO INOMINADO

RECORRENTE/AUTOR: ROSEMERES DA ANUNCIACAO

ADVOGADO: KARINE NASCIMENTO DE SOUZA

RECORRENTE/RÉU: ASSOCIACAO DOS SERV DA SAUDE E AFINS DA ADM DIRETA DO EST DA BAHIA ASSEBA

ADVOGADO: NAYANNE VINNIE NOVAIS BRITTO E OUTROS

ORIGEM: 17ª VSJE DO CONSUMIDOR (MATUTINO)

RELATORA: JUÍZA NICIA OLGA ANDRADE DE SOUZA DANTAS

JUIZADO ESPECIAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. RECURSO INOMINADO. DECISÃO MONOCRÁTICA (ART. 15, XI E XII, DO REGIMENTO INTERNO DAS TURMAS RECURSAIS E ART. 932, III, IV e V, DO CPC). **ASSOCIAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE**

EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. COBRANÇA DE TAXA ASSOCIATIVA. VENDA CASADA INEXISTENTE. COMPROVAÇÃO DA INSCRIÇÃO NA ASSOCIAÇÃO ANTERIOR AO EMPRÉSTIMO CELEBRADO. AUSÊNCIA DE IMPOSIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMO CONDIÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO RECONHECIDO PELO AUTOR. RESTITUIÇÃO SIMPLES DA TAXA ASSOCIATIVA APENAS A PARTIR DA CITAÇÃO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO DA PARTE AUTORA IMPROVIDO. RECURSO DA PARTE RÉ PROVIDO.

1. A alegação da parte autora de que não tinha conhecimento da mensalidade da associação não tem pertinência, posto que não provou vício de consentimento nem há solicitação formal de cancelamento da inscrição junto à ré.

2. Ao exame dos autos, resta claro que a autora se associou espontaneamente para fins de facilitação na contratação de empréstimos ofertados pela associação, ora ré, que trouxe aos autos documentos idôneos da autorização de descontos, do empréstimo contratado.

3. Deve-se considerar, entretanto, que, a partir da citação, a ré tomou ciência da irresignação da parte autora com a cobrança, a partir de quando manifestou inequívoca vontade de se desassociar.

4. Pelas razões expostas, corroboradas pelas provas trazidas com a defesa e diante da inexistência de vício de consentimento devidamente comprovado, não há danos morais indenizáveis.

5. Neste sentido, caso tenha ocorrido alguma situação capaz de gerar transtorno à vida da parte autora, esta situação não ultrapassa a linha do aborrecimento ou contratempo, que sofre o homem no seu dia a dia, absolutamente normal na vida de qualquer um.

RECURSO DA PARTE AUTORA IMPROVIDO. RECURSO DA PARTE RÉ PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS.

RELATÓRIO

Relatório dispensado, na forma do Enunciado 92 do FONAJE: "Nos termos do art. 46 da Lei nº 9099/1995, é dispensável o relatório nos julgamentos proferidos pelas Turmas Recursais".

DECISÃO MONOCRÁTICA

O artigo 15 do Regimento Interno das Turmas Recursais (Resolução nº 02/2021 do TJBA), em seus incisos XI e XII, estabelece a competência do Juiz Relator para julgar monocraticamente as matérias com entendimento já sedimentado pela Turma Recursal ou pela Turma de Uniformização, ou ainda por Tribunal Superior, além da possibilidade de proferir decisão em razão de recurso prejudicado em consonância com o permissivo do artigo 932, incisos III, IV e V, do Código de Processo Civil.

Cabe a transcrição do referido dispositivo do Regimento Interno das Turmas recursais:

Art. 15. São atribuições do Juiz Relator, em cada Turma Recursal:

(...)

XI. negar seguimento, nas Turmas Recursais Cíveis, em decisão monocrática, a recurso inadmissível, improcedente, prejudicado ou em desacordo com súmula ou jurisprudência dominante das Turmas Recursais ou da Turma de Uniformização ou ainda de Tribunal Superior, cabendo Recurso Interno, no prazo de 5(cinco) dias;

XII. dar provimento, nas Turmas Recursais Cíveis, em decisão monocrática, a recurso se a decisão estiver em manifesto confronto com súmula do Tribunal Superior ou jurisprudência dominante do próprio Juizado, cabendo Recurso Interno, no prazo de 5(cinco) dias;

No caso específico dos autos, esta Primeira Turma já possui entendimento consolidado sobre o tema, cabendo destaque para os seguintes julgados: 0087989-65.2019.8.05.0001, 0087989-65.2019.8.05.0001, 0208929-59.2019.8.05.0001, 0153028-72.2020.8.05.0001 e 0200384-97.2019.8.05.0001.

Feitas essas considerações, DECIDO.

No mérito, em que pese o respeito pelo Douto Prolator, a hipótese é de reforma da sentença para afastar os danos morais.

A alegação da parte autora de que não tinha conhecimento da mensalidade da associação não tem pertinência, posto que não provou vício de consentimento nem há solicitação formal de cancelamento da inscrição junto à ré.

Ao exame dos autos, resta claro que a autora se associou espontaneamente para fins de facilitação na contratação de empréstimos ofertados pela associação, ora ré, que trouxe aos autos documentos idôneos da autorização de descontos, do empréstimo contratado.

Deve-se considerar, entretanto, que, a partir da citação, a ré tomou ciência da irrisignação da parte autora com a cobrança, a partir de quando manifestou inequívoca vontade de se desassociar.

Neste sentido, vem se posicionando claramente a jurisprudência pátria. Citam-se (grifos posteriores):

AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE CRÉDITO é Associação autora que, segundo consta dos autos, teria sido dissolvida por decisão judicial, em razão de mascarar sistema de pirâmide. Autores que obtiveram crédito da associação ré para aquisição da casa própria. Amortização do mútuo que prevê também o pagamento de taxa associativa mensal. **Autores que pretendem se desassociar da ré. Direito previsto no artigo 5º, inciso XX, da Constituição Federal. Isenção do pagamento da taxa associativa com termo inicial na data da citação, à falta de comunicação inequívoca anterior.** Dever de amortizar as parcelas do mútuo, que não se confundem com a taxa associativa. Impossibilidade de a ré opor aos autores dever de quitação do financiamento por causa não ajustada na escritura de venda e compra com alienação fiduciária em garantia. Obrigação de quitação do financiamento prevista apenas em carta de concessão de crédito, sem a assinatura dos mutuários. Correta a sentença de procedência da ação. Recurso improvido. (TJSP é Ap 4000051-17.2012.8.26.0100 é São Paulo é 6ª CDPriv. é Rel. Francisco Loureiro é DJe 08.09.2014 é p. 1423)

RECURSO DE APELAÇÃO EM AÇÃO ORDINÁRIA é EXCLUSÃO DE ASSOCIAÇÃO CRUZ AZUL é POSSIBILIDADE é 1- POLICIAL MILITAR é Desconto de contribuição compulsória à Associação Cruz Azul de São Paulo. Pretensão de cessação dos descontos de contribuição associativa obrigatória. Possibilidade. O art. 32 da Lei 452/74 não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988. Dispositivo em confronto direto ao artigo 149, § 1º, e artigo, inciso XX. Entendimento consolidado pelo Órgão Especial no Incidente de Inconstitucionalidade de Lei 179.355-0/1-00. **2- Cessação dos descontos. Admissibilidade. 3- Devolução dos valores descontados. Admissibilidade. Entretanto, apenas a partir da citação. Precedentes deste E. Tribunal de Justiça e do STF.** 4- Desconto em folha de natureza jurídica tributária. Aplicação do decidido na ADI 4.357/DF. Incidência da Lei 11.960/09. Crédito de natureza tributária. Juros de mora tributária à taxa de 1% ao mês. 5- Sucumbência recíproca mantida. Recurso parcialmente provido. (TJSP é Ap 0035731-44.2013.8.26.0053 é São Paulo é 5ª CDPúb. é Rel. Marcelo Berthe é DJe 16.09.2014 é p. 1519)

DIREITO CONSTITUCIONAL E CIVIL - CONTRATO DE MÚTO - LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO - ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS - INTERMEDIÁRIA - DESFILIAÇÃO - CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRAÍDAS - NECESSIDADE - TAXA ADMINISTRATIVA - COBRANÇA - POSSIBILIDADE. 1. NOS ESTADOS DEMOCRÁTICOS DE DIREITO, AQUELES NOS QUAIS A SEPARAÇÃO DOS PODERES E OS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS ENCONTRAM-SE POSITIVADOS E AS NORMAS SÃO ELABORADOS "PELO O POVO E O PARA O POVO", OS CIDADÃOS SÃO LIVRES, CIRCUNSTÂNCIA QUE LHES FACULTA A PLENA LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO PARA FINS LÍCITOS (CF, 5º, XVII E XX). 2. A ASSOCIAÇÃO COMPÕE UM ATO DE VONTADE DO INDIVÍDUO. ENTRETANTO, UMA VEZ ADERIDA A VONTADE, O SUJEITO DEVE SUBMETER-SE AS REGRAS COM AS QUAIS ANUIU, PORQUE SE É VERDADE QUE NINGUÉM PODE SER COMPELIDO A ASSOCIAR-SE TAMBÉM CONFIGURA PREMISSA INERENTE AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES A PREVISÃO DE QUE O CONTRATO LÍCITO FAZ LEI ENTRE AS PARTES, PORQUE SE CARACTERIZA COMO NORMA LIVREMENTE PACTUADA. 3. POR NORMA ENTENDE-SE NÃO SOMENTE A ORIUNDA DA ATUAÇÃO LEGISLATIVA PROPRIAMENTE DITA, MAS TAMBÉM AQUELAS INSERIDAS NOS ACORDOS DE VONTADE, RAZÃO PELA QUAL, AINDA QUE O CONTRATANTE GOZE DO DIREITO DE DESVINCULAR-SE DA AGREMIÇÃO À QUAL ADERIU, ELE TAMBÉM DEVE CUMPRIR AS OBRIGAÇÕES INERENTES AO CONTRATO ENTABULADO COM A ENTIDADE ASSOCIATIVA (CC, 421 E 422). 4. **A COBRANÇA DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO POR ASSOCIAÇÃO DE CATEGORIA PROFISSIONAL SEM FINS LUCRATIVOS EM DECORRÊNCIA DE CONTRATO DE MÚTUO É IDÔNEA, PORQUE AO CONTRAIR O EMPRÉSTIMO POR INTERMÉDIO DA ASSOCIAÇÃO, O CONTRATANTE ASSENTE NÃO SÓ COM AS BENESSES DE USUFRUIR DE TAXAS DE JUROS MAIS ACESSÍVEIS QUE AS PRATICADAS PELO MERCADO FINANCEIRO, MAS TAMBÉM COM OS ÔNUS INERENTES AO ACORDO.** 5. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-DF - APC: 20110110449573 DF 0013408-06.2011.8.07.0001, Relator: LEILA ARLANCH, Data de Julgamento: 02/04/2014, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 14/04/2014 . Pág.: 76)

Contratação de plano de previdência privada (pecúlio individual) como condição para contratação de empréstimo. Inexistência de caracterização de venda casada. Contratação do plano de previdência que é condição para associação aos quadros da ré recorrente, sem o que o consumidor não tem acesso aos produtos por esta disponibilizados, dentre os quais se incluem os empréstimos. Consumidor que pode contratar empréstimos no mercado, mas que opta por se associar à ré recorrente como forma de obter taxas melhores do que as ofertadas por outras instituições financeiras, não podendo arguir vício no negócio que celebrou justamente para se beneficiar. Ausência de venda casada e de ilicitude na conduta da ré recorrente. **Sentença que se reforma para julgar improcedente o pedido. Vistos, etc. Pelas razões expendidas na ementa supra, VOTO no sentido de ser conhecido o recurso para, no mérito, dar-lhe provimento e reformar integralmente a sentença, para julgar improcedente o pedido. Sem condenação em custas ou honorários eis que acolhido o recurso. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2013 (TJ-RJ - RI: 01949524520128190004 RJ 0194952-45.2012.8.19.0004, Relator: PAULO MELLO FEIJO, Primeira Turma Recursal, Data de Publicação: 07/10/2013 15:12)**

Pelas razões expostas, corroboradas pelas provas trazidas com a defesa e diante da inexistência de vício de consentimento devidamente comprovado, não há danos morais indenizáveis.

Neste sentido, caso tenha ocorrido alguma situação capaz de gerar transtorno à vida da parte autora, esta situação não ultrapassa a linha do aborrecimento ou contratempo, que sofre o homem no seu dia a dia, absolutamente normal na vida de qualquer um.

Diante do exposto, **NEGO PROVIMENTO AO RECURSO DA PARTE AUTORA** e **DOU PROVIMENTO AO RECURSO DA PARTE RÉ** para **REFORMAR A SENTENÇA**, a fim de afastar a condenação por danos morais. Mantidos os demais termos da sentença, não conflitantes com esta decisão. Custas e honorários, estes em 20% do valor da causa a cargo da recorrente vencida (parte autora). Contudo, em virtude do deferimento da assistência judiciária gratuita, tal pagamento fica suspenso nos termos do art. 98, § 3º, do CPC 2015.

NICIA OLGA ANDRADE DE SOUZA DANTAS

Juíza Relatora